

1 **MEMÓRIA DA 14ª REUNIÃO DA CÂMARA**
2 **TÉCNICA DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO –**
3 **CTINS DO CBHNORTE PIONEIRO, INSTITUÍDO**
4 **PELO DECRETO ESTADUAL Nº 5.427/2009.**

5 Ao vigésimo terceiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às
6 nove horas, por meio de plataforma de videoconferência *Zoom*, iniciou-se a 14ª
7 Reunião da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTINS do Comitê das
8 Bacias do Rio Cinzas, Itararé, Paranapanema 1 e 2 – CBH Norte Pioneiro, diante da
9 presença da Coordenadora da CTINS **MONIQUESCHNEIDER SIMÃO**; do 1º Vice-
10 Presidente da Mesa Diretora **ARISTEU KAZUYUKI SAKAMOTO**, do Sindicato Rural
11 de Cambará; da Sr.ª **GLAUCIA TAVARES PAES DE ASSIS**, do IAT; do Sr. **JULIO**
12 **KAZUHIRO TINO**, da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; do
13 Sr. **THIAGO HENRIQUE DA SILVA**, da Associação Norte Paranaense dos
14 Engenheiros Ambientais – ANPEA, do Sr. **BRUNO ZORZIN**, da Prefeitura Municipal
15 de Nova Fátima, como convidado; Sr.ª(s) **LUCINEIDE APARECIDA MARANHO** e
16 **JÉSSICA GONÇALVES MARTINS**, da Secretaria Executiva do Instituto Água e Terra
17 – IAT. **1. ABERTURA:** A Sra. Monique deu início à 14ª Reunião da Câmara Técnica
18 de Instrumentos de Gestão – CTINS do CBH Norte Pioneiro, cumprimentou os
19 presentes. **2. SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE TÉCNICA E INSTITUCIONAL ACERCA**
20 **DA COMPATIBILIZAÇÃO DO ENQUADRAMENTO DO RIBEIRÃO BRAÚNA COM**
21 **O SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA FÁTIMA –**
22 **PR:** A Sr. Monique questionou se os integrantes da Câmara tinham lido o material
23 técnico enviado, e se alguém teria algum comentário a fazer. Indicou que já elaborou
24 um esboço do Parecer que poderia ser enviado para plenária posteriormente, o qual
25 foi compartilhado em tela. Indicou que o documento traz inicialmente um histórico
26 descrevendo a solicitação do município de Nova Fátima. E que ele poderia ir sendo
27 alterado ao longo da discussão na reunião. O Sr. Julio comenta que leu os arquivos,
28 e, no seu entendimento, percebeu que o enquadramento anterior pedia um efluente
29 de 20mg/l de DBO e o estudo que a CISPARE encaminhou com efluente de 50 e
30 poucos mg/l de DBO, e que então realmente pelo tratamento que ele está propondo

31 não vai conseguir atender os 20mg/l de DBO. O Sr. Tiago comenta que, quanto ao
32 estudo apresentado, é demonstrado uma projeção de vazão para lançamento, no
33 memorial de cálculo eles consideraram no cálculo e na projeção continuou ainda
34 essa vazão e não considerou a projeção, e não sabe se isso iria impactar na questão
35 da diluição do efluente ao longo dos anos, e que seria interessante reavaliar o
36 memorial porque ficou fixado um valor de vazão. O Sr. Julio questiona se essa
37 alternativa por lagoas seria a única alternativa que ele pode apresentar, que poderia
38 ser proposto um outro tipo de tratamento, cita que na Sanepar não está sendo
39 utilizado mais as lagoas. A Sr.^a Monique indica que não consegue opinar ou dar uma
40 sugestão, pois não tem experiência sobre metodologias de tratamento. O Sr. Julio diz
41 que geralmente para um tratamento de 60 mg/l de DBO a Sanepar utilizar um
42 tratamento anaeróbico do tipo UASB/RALF seguido de filtro percolador, essa é uma
43 concepção padrão da Sanepar, mas que poderia ser utilizado wetland para não ficar
44 tão caro. O Sr. Tiago comenta que acha que esse projeto veio daqueles projetos
45 antigos da FUNASA. Que talvez lá atrás era a solução e eles mantiveram a solução
46 sem pensar na atualização da tecnologia. E que concorda que os citados pelo Julio
47 seriam tecnologias mais eficientes e menos onerosas para o município. O Sr. Julio
48 comenta que a questão da área necessária também é diferente, e que não sabe se
49 seria por uma questão de solo, e que se fosse por uma questão de nitrato que as
50 lagoas deveriam ser bem impermeabilizadas. O Sr. Tiago indica que se mal
51 executadas seria um ponto a se considerar. O Sr. Julio questiona se o que tem que
52 ser analisado seria o reenquadramento para eles. A Sr.^a Monique indica que eles já
53 possuem uma Outorga prévia, e que gostaria de confirmar com a Glaucia, se com os
54 parâmetros colocados para outorga se já tende a Classe 3 do rio. A Sr.^a Glaucia
55 pediu o número da Outorga para verificar. A Sr.^a Monique comenta pensar que se
56 fosse mantido os limites dos parâmetros da outorga prévia para a outorga de direito,
57 que ele estaria adequado à classe 3, que só seria necessário alterar a meta de
58 enquadramento para 2030 manter na classe 3 ao invés de mudar para classe 2. Mas
59 que para classe 4 não seria o ideal até mesmo porque já existe a Resolução que
60 recomenda que não tenham enquadramentos para classe 4 no Paraná até 2040. O
61 Sr. Julio questiona qual é a DBO dessa Outorga. Verificou-se no arquivo que é de
62 80mg/l de DBO. A Sr.^a Glaucia indica que, verificando o parecer do processo, no

63 ponto que foi outorgado foi considerado também a questão do 70% do coeficiente
64 porque hoje tem Sanepar e saneamento tem a parte de flexibilização até 80%, e que
65 foi considerado o limite de classe 2, mas que não sabe se o problema não foi o local.
66 Porque aparentemente foi outorgado num local que eles não conseguem. O Sr. Julio
67 questiona se eles precisariam fazer um emissário. A Sr. Monique afirma que não
68 lembra de ter visto nos documentos apresentados algo que indicasse problema entre
69 a coordenada do local outorgado com o local de interesse de instalação. Mas sim da
70 questão do Ribeirão Branco para o Ribeirão Braúna, mas que na outorga já está
71 Ribeirão Braúna, então estaria certo. A Sr.^a Glaucia questiona qual a vazão de
72 lançamento que eles indicaram no documento. Verificou-se no documento que seria
73 de 28m³/h. Complementando então que eles entraram pedindo maior volume, mas foi
74 outorgado menos. Mas que a princípio a análise da outorga já foi feita para classe 2
75 porque no comitê do ribeirão Braúna ele está enquadrado como classe 3 no ponto,
76 mas tem a meta para classe 2. A Sr.^a Monique indica que pelo que ela observou do
77 documento apresentado os limites do projeto estão dentro dos limites da outorga. A
78 Sr.^a Glaucia acha que eles estão pedindo reenquadramento porque a vazão de
79 28m³/h seria pouco para atender a população. A Sr.^a Monique indica que analisando
80 a outorga para um cenário de classe 2 já estaria dentro. A Sr.^a Glaucia complementa
81 que se fosse para um cenário de reenquadramento para classe 3 eles conseguiriam
82 uma vazão maior. O Sr. Julio observa que no estudo apresentado a vazão máxima
83 seria de 34,43m³/s. A Sr.^a Glaucia indica que seria necessário alguém da Prefeitura
84 para explicar qual seria a intenção. A Sr.^a Monique indica que o representante da
85 prefeitura foi chamado para reunião, e que irá entrar em contato com ele para
86 verificar sua disponibilidade para participar da atual discussão. O Sr. Tiago indica que
87 em relação às vazões, o estudo apresenta uma tabela com as vazões de infiltração,
88 vazão de contribuição, e eles colocam uma vazão média de volume de esgoto de
89 17,36, mas que se for analisar essa é a estimada para 2045 e ele não considerou
90 uma média de fato, acabou fixando o último valor previsto, e que não sabe o quanto
91 isso impacta nos volumes, considerando os valores atuais de medição de valor,
92 porque tem uma projeção reduzindo, e acha que teria que considerar isso e não no
93 valor final, pois o tratamento começaria com valor de início. E que não foi
94 apresentado o memorial de cálculo de vazão da capacidade de suporte do corpo

95 hídrico. Há uma estimativa no Q95 191 l/s que é onde ele vai justificar ali a relação de
96 1:11 na referência de estiagem. A Sr. Glaucia informa que na outorga não se obriga o
97 usuário a fazer a Q95, que não é uma informação obrigatória, é opcional. A Sr.^a
98 Monique informa que o representante da Prefeitura de Nova Fátima, o Sr. Bruno
99 Zorzin, entrará na reunião. Indica que o GT teria três caminhos, o primeiro pedir mais
100 detalhes de cálculos, o segundo já fazer a indicação pela alteração da meta de 2030
101 mantendo em classe 3, e o terceiro seria adiar essa decisão para aguardar os
102 estudos de enquadramento do Plano de Bacia, cuja previsão de entrega é em
103 meados de 2028, ou seja, próximo ao prazo de vencimento da outorga prévia. O Sr.
104 Julio indica que teria que entender se eles não teriam mais recursos, pois a ETE com
105 lagoas é menor o custo, mas tem limitações de eficiência, caso não consigam uma
106 tecnologia com tratamento melhor, o que teria um custo maior, resta fazer o
107 reenquadramento para eles mesmo. A Sr.^a Glaucia concorda de que teria que ser
108 entendido se a limitação deles é realmente questão de recursos financeiros. A Sr.^a
109 Monique indica que uma outra proposta para o Parecer seria colocar que nos estudos
110 do Plano de Bacia o Rio Branco seja reenquadrado com classe mais restritiva
111 considerando não possuir mais previsão de uma ETE, e questiona aos demais
112 integrantes se uma ETE conseguiria chegar na qualidade de classe 2. A Sr.^a Glaucia
113 informa que as municipais geralmente ficam na classe 3 e as vezes classe 4, muito
114 por conta da dificuldade de investimentos e trocas de gestão. A Sr.^a Jessica informa
115 que o Sr. Bruno conseguiu entrar na reunião e fará sua explanação. A Sr.^a Monique
116 repassa ao convidado que estão discutindo o reenquadramento do Ribeirão Braúna e
117 que foram levantados alguns questionamentos sobre a nota técnica principalmente
118 quanto as opções de tratamento, por que foi colocado como lagoas, uma das
119 questões levantadas seria se tem alguma alternativa de tratamento mais avançado.
120 O Sr. Bruno então passa um contexto geral sobre o histórico do projeto, que foi
121 contemplado pela FUNASA, feito em 2016, e desde então nenhuma administração
122 implementou o projeto, em 2024 estava para ser perdido o recurso, a administração
123 conseguiu segurar o recurso e foram realizadas atualizações do projeto em 2025, e
124 conseguiram realizar a licitação em 2026, ressaltando que a licitação foi realizada em
125 regime de contratação semi-integrada, em que o contratante recebe um projeto
126 básico, e a partir deste a empresa deve desenvolver em cima do projeto base um

127 projeto executivo atualizando uma série de questões, inclusive buscando uma
128 solução mais moderna. O projeto prevê a aquisição de uma área de
129 aproximadamente 100mil metros quadrados e implementação das lagoas, é uma
130 área muito grande. Já foi conversado com o vencedor da licitação, e existe ainda
131 alguns trâmites com a Caixa Econômica, mas existe a possibilidade de uma solução
132 compacta para a região que atinja uma curva muito melhor de índices de DBO e
133 DQO logo no início e ao longo do tempo. Na opção da compacta foi previsto a
134 utilização de ¼ da área adquire para executar a ETA, consequentemente melhores
135 índices de tratamento, resultarão em que o ponto de lançamento não precise ser tão
136 distante, ou seja, evitando custos de obra, o local hoje projetado para lançar os
137 efluentes é um local de difícil acesso, e estes condicionantes serão tratadas em
138 momento oportuno no processo licitatório que fiquem com uma informação
139 importante. A licitação está em fase final, já tem outorga, e está sendo preparado
140 manifestação do IPHAN, para que tendo a manifestação saia a licença ambiental
141 para ser apresentada a caixa para ser liberada a autorização de obra. A liberação da
142 autorização da obra está prevista para início de 2027 para daí passar para a
143 empresa, para que esta empresa contratada no regime semi-integrada inicie o projeto
144 executivo. Nesse momento será tratado sobre as possíveis soluções a serem
145 abordadas no local, e já existem discussões e tem grande interesse nas soluções
146 compactas, pelos índices que alcançam de qualidade. O projeto original que foi
147 finalizado em 2016 foi montado em um contexto em que a curva de crescimento da
148 população de Nova Fátima era positiva tanto que na época se tinha um numero de
149 habitantes e previa que para 2036 o município já teria 10 mil habitantes e isso não vai
150 acontecer, e é exatamente ao contrário a curva está em decréscimo, agora o
151 município está com 7mil, com perspectiva de queda, e isso influencia no lançamento
152 dos efluentes no volume que vai chegar na estação, tanto que a outorga foi definida
153 com classe mais restritiva, classe 2, porque a curva é de decréscimo da população. O
154 Sr. Julio questiona que sendo uma ETA compacta pela experiencia da Sanepar, elas
155 são aeradas, se seria isso mesmo. O Sr. Bruno afirma que não sabe qual vai ser
156 exatamente pois ainda não tem a autorização da obra, e não tem o projeto executivo.
157 Mas que é de total interesse do município que seja atualizado a concepção do
158 projeto, e de ser uma compacta. Que já houve uma apresentação de uma tecnologia

159 que está sendo avaliada. Na época que esse projeto foi concebido e finalizado lá em
160 2016 foi verificado que existiam três concepções, a concepção que está sendo
161 tratado, e outras duas, além dessas concepções tinham três estruturas, a que está
162 sendo discutido e outras duas modalidades de estrutura em que a ETE ficaria em um
163 outro rio, e na época comunicaram ao CBH que a ETA seria nesse outro rio, o
164 Ribeirão Branco, e no Ribeirão Branco ficou com classe 4, ou seja, um parâmetro de
165 classificação bem menos restritivo, só que o que foi levado em diante pela FUNASA,
166 o que chegou ao município foi a concepção para o Rio Braúna, então houve um
167 equívoco de indicação na época, e depois veio a Resolução indicando que a ETE
168 seria no Ribeirão Branco, e foi verificado isso somente agora. Por isso, desse pedido
169 junto a CTINS. O Sr. Bruno citou que o município sofre com a contaminação da água
170 subterrânea com índices de nitrato, não são índices alarmantes, mas existe essa
171 contaminação e está piorando, e resolvendo essa situação das fossas, que inclusive
172 já existem fossas até em calçadas porque o solo já está saturando, e isso precisa ser
173 resolvido. O Sr. Julio comenta que sendo uma ETA compacta, pela experiência da
174 Sanepar, vêem alcançando índices de DBO menores que 30mg/l, então ele entende
175 que é uma boa opção, só que vai exigir manutenção, principalmente eletromecânica,
176 e vai ter que haver uma previsão anual de manutenção, e uma operação mais
177 qualificada. O Sr. Bruno comenta que eles são SAAE e estão vinculados ao CISPARG, então a intenção é que a própria Prefeitura possa operar, mas que a manutenção
178 deverá ser terceirizada. O Sr. Julio comenta que uma outra sugestão seriam as
179 wetlands, que são menos custosas. A Sr. Glaucia questiona ao Sr. Bruno se a
180 necessidade por classe 3 seria devido à previsão de ampliação. O Sr. Bruno então
181 comenta que não diria que seria uma necessidade pela classe 3, mas que o que está
182 sendo solicitado, se possível, a classificação da classe 3 é pelo fato de a classe 2 ser
183 mais restritiva mas está sendo feito um contra peso devido a necessidade de
184 abastecimento do município e os índices de nitrato, é necessário fazer com que essa
185 solução se conclua seja licenciada e seja liberada para que possa ser resolvida essa
186 questão ao longo prazo. Hoje a classe 2 não é uma condicionante, um inviabilizador
187 do projeto, afirma que entende e que deve ser cuidada a questão ambiental, mas a
188 sugestão da classe 3 é que ela seja condicionante apenas nesse momento para que
189 tenha melhores condições de adequar o projeto. E posteriormente nas reuniões
190

191 futuras da CBH possa se reclassificar na classe 2. A Sr.^a Glaucia então questiona que
192 então seria porque no começo do projeto não estaria atendendo ao que foi
193 outorgado. Porque a outorga que o projeto já tem, já foi analisada dentro de classe 2.
194 O Sr. Bruno comenta que o projeto original foi feito para uma previsão de
195 crescimento populacional, e está acontecendo o contrário, a população está em
196 queda, consequentemente uma menor vazão. E os cálculos foram feitos então para o
197 melhor cenário possível para atendimento, mas sabe-se que o melhor cenário
198 possível pode não acontecer, por isso que está sendo sugerido a classe 3, para que
199 seja algo conservador, não no sentido da pior restrição e não na mais abrangente.
200 Pois pode acontecer que inicialmente no projeto não se conseguir a classe 2, que
201 está prevista para 2030. Na verdade, uma manutenção da classe 3, pois a obra
202 iniciaria no segundo semestre de 2027 e tem previsão de quatro anos, logo iniciaria
203 operação em um momento em que já estaria em classe 2, e não teria materialidade
204 para garantir isso, e isso geraria problemas já no início do serviço. O Sr. Julio propõe
205 que o Sr. Bruno conheça o sistema de ETE do município de Abatiá, que ele
206 considera bom. O Sr. Bruno comenta que irá sim conhecer até para subsidiar as
207 necessidades do projeto junto a empresa. A Sr.^a Monique indica a necessidade de
208 confirmar alguns pontos, a questão da implementação mesmo do projeto da escolha
209 da configuração do tratamento ainda é um ponto em aberto, terá essa confirmação
210 nos próximos meses ou próximos anos. O Sr. Bruno afirma que quanto ao
211 cronograma da licitação, hoje está em uma fase de análise da Caixa, a empresa já
212 está contratada, processo já está homologada, como está nessa época eleitoral, não
213 se pode mover o processo, precisa ser cumprida algumas condicionantes junto a
214 Caixa, para que se obtenha a autorização de obra, e nesse momento oficialmente
215 pode-se dialogar com a empresa aquilo que ela vai apresentar de ideias para o
216 projeto executivo, e isso vai passar por análise do município e por análise da
217 engenharia da Caixa. Mas, inicialmente em conversas com a empresa, eles também
218 têm interesse em que o projeto seja de uma ETA compacta porque isso facilita muito
219 a obra, a configuração, os limites, valores, mão de obra, execução. Então em janeiro
220 já teria uma resposta do IPHAN, Licença Ambiental e resposta da Caixa, e em
221 fevereiro a autorização de obra, e definir o projeto executivo. Tendo essa definição do
222 projeto executivo, e condições de apresentar a concepção final e que foi definido lá

223 por abril. A Sr.^a Monique comenta que fez esse questionamento porque levando em
224 consideração que ainda tem todo esse período e que ainda não se tem o projeto de
225 qual seria a metodologia de tratamento, e que querendo ou não isso interfere
226 diretamente na qualidade do efluente, o receio é que esteja sendo prematuro esse
227 reenquadramento, considerando que foi indicado que é possível se adequar a classe
228 2 e que a Portaria de outorga que o empreendimento tem já está considerando a
229 classe 2, e que foi indicado que o maior receio é que depois que já estivesse pronto
230 ali as obras não conseguissem atender a classe 2, e pode ser que em 2030 nem seja
231 mais essa classe 2, porque como foi informado já está previsto a avaliação dos
232 enquadramentos pela revisão do Plano de Bacia, e essa revisão aconteceria de
233 acordo com o cronograma seria para ser entregue talvez no final de 2028, então
234 antes de 2030 já teria essa revisão, então gera preocupação se esse
235 reenquadramento não estaria precipitado agora. O Sr. Bruno comenta que entende
236 que ela não seria prematura, imaginando o cenário de que a outorga do
237 empreendimento foi emitida pensando no melhor cenário possível, com a curva mais
238 conservadora possível, só que o melhor cenário possível não acontece, e precisava-
239 se da outorga para cumprir os critérios para se conseguir o recurso. Nesse sentido
240 afirma não entender como prematuro, mas sim de que essa conversa é que estaria
241 atrasada. Do ponto de vista da reclassificação futura, entende que se nessa Portaria
242 futura não constar que nesse rio vai constar uma ETE a tendência é que vá para uma
243 classe 2 ou até vá para uma classe 1, porque no Ribeirão Branco, onde
244 supostamente era pra existir uma ETE, a classe do rio é 4. Então se o município não
245 se manifestar nesse momento junto ao CBH a empresa que está fazendo o Plano,
246 ela não vai ter a informação de que nesse rio está prevista uma ETE, porque a
247 classificação do rio deveria levar em consideração isso, e não foi considerado lá
248 atrás, por isso que foi previsto que até 2030 iria de uma classe 3 para uma classe 2,
249 porque não foi considerado uma ETE ali. Mas entende que considerando que vai ter
250 essa análise de reenquadramento, e logo em seguida uma nova análise, pode ser
251 que seja prematuro mesmo, mas vê como importante, porque se não houver essa
252 manifestação agora a empresa que esta fazendo a reanálise não vai levar em
253 consideração essa informação da ETE que vai ser realizada no Rio Braúna. A Sr.
254 Monique informa que no processo de revisão a empresa irá considerar que haverá

um empreendimento de ETE no Rio Braúna considerando que eles deverão analisar todas as outorgas. O Sr. Tiago ponderou em relação aos cálculos em relação aos valores de vazão utilizados, e que precisariam de maiores esclarecimentos quanto ao Q95 que foi definido, se há algum memorial de cálculo, e que seria necessário tanto para um sistema quanto para outro selecionado. Que entende a necessidade e importância do projeto para a qualidade ambiental, e a dificuldade de municípios pequenos de resolver, mas entende que, para que não haja questionamentos futuros seria interessante um melhor detalhamento dos cálculos. O Sr. Bruno então solicita que seja encaminhado esse questionamento por escrito para que possa ser levado aos técnicos do município. O Sr. Tiago se prontifica a encaminhar o questionamento por escrito. O Sr. Julio comenta que terá que ser levado também em consideração nos cálculos a progressividade de ligações na rede ao longo do tempo, pois interfere nas vazões. O Sr. Bruno entende que um cronograma mais realístico seria entre dois a três anos, após todo o processo de regularização. O Sr. Aristeu pediu a palavra para comentar que acha que a questão de o município ser bastante urgente. E que a CBH não pode ficar muitocriando dificuldades, e que acha que a coisa tem que fluir. E que se a CTINS conseguir acelerar, chegar a uma conclusão mas que seja razoável para o Município, ficava interessante. Comentou ainda que, considerando que o que está sendo discutido na CTINS seria uma deliberação para ser votada na plenária do CBH, fica meio complicado você fazer uma deliberação a ser votada com condicionantes, e que foge da lógica da redação legislativa, que teria que ser tomado cuidado nesse sentido, e que entende que a deliberação tem que ser bem direta. E que já que o Julio trouxe questionamentos e o Tiago também, que o Bruno apresente isso em uma próxima reunião, para que a CTINS já tenha uma definição clara. A Sr.^a Monique então indica que aguardará os questionamentos elaborados pelo Tiago para ser encaminhado para o Bruno, e que assim que o Bruno encaminhar a resposta a Secretaria Executiva convocará nova reunião. O Sr. Bruno concorda e informa que responderá o mais rápido possível. **4. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Monique agradeceu a disponibilidade de todos os participantes e declarou encerrada a 14^a Reunião da CTINS do Comitê de Bacia Hidrográfica do Norte Pioneiro.

287

288

289

290

Monique Schneider

MONIQUESCHNEIDER SIMÃO

Coordenadora da CTINS do CBH Norte Pioneiro